

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Secundária Luís de Freitas Branco
Circulo: Lisboa
Sessão: Escolar

## Projecto de Recomendação:

**Exposição de motivos:** (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Motivos da 1ª medida-

As últimas eleições autárquicas lançaram um aceso debate na sociedade portuguesa sobre a apresentação de candidaturas por parte de cidadãos condenados em processos-crime por factos praticados no exercício das suas funções políticas.

A consagração legal das candidaturas independentes em 2001 pôs termo ao monopólio partidário, facultando tal possibilidade a grupos de cidadãos eleitores. Tratou-se de um evidente avanço para a democracia, avanço que não pode ser posto em causa pelo seu pontual mau uso. Assim, proibir a apresentação de candidaturas por parte de grupos de cidadãos constituiria um retrocesso absolutamente injustificado.

Qualquer candidato a um cargo público deve cumprir os princípios éticos de cidadania. O facto de não o fazer implica uma perda de credibilidade aos órgãos autárquicos para os quais foi eleito. Deste modo, os candidatos devem guiar a sua acção na vida política segundo uma ética republicana, apresentando competência, devoção ao serviço público e transparência. A ética republicana exige que o funcionário sirva a República e proíbe-o de se servir da Republicana.

Motivos da 2ª medida-

A Constituição Portuguesa consagra um conjunto de direitos, liberdades e garantias fundamentais. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.

O Tribunal Constitucional (TC) é o tribunal ao qual compete administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional. Em Portugal, apenas as questões de constitucionalidade de normas aplicadas podem ser enviadas para o TC.

O panorama actual determina que cidadãos singulares ou colectivos não possam recorrer ao TC, devendo as situações jurídicas constitucionais ser solucionadas pelos tribunais superiores de jurisdição ordinária. Contudo, nem sempre os tribunais judiciais asseguram dentro de si o

*Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.*

respeito dos direitos constitucionais. Neste plano, a possibilidade de um cidadão apresentar um recurso ao TC para garantir a protecção dos seus direitos, liberdades e garantias assume uma importância crucial.

Motivos da 3ª medida-

Num regime republicano, o poder emana do povo, é este que confere legitimidade aos eleitos. Como diria a célebre música, o povo é quem mais ordena. A Revolução dos Cravos concedeu à população o poder de decidir o seu destino, dando-lhe a possibilidade, até então vedada, de participar activamente na sociedade e na actividade política.

A Democracia não pode funcionar sem a intervenção cívica de cada um de nós. Nos últimos anos tem-se assistido, principalmente nas camadas mais jovens, a um afastamento progressivo da participação cívica e política.

A nossa geração já nasceu em liberdade e democracia, fazendo com que muitos não dêem importância a esse factor. Essa falta de interesse e de activismo cívico manifesta-se principalmente nas eleições para os órgãos representativos da nossa República. A elevada taxa de abstenção que se verifica eleição após eleição é preocupante e em certa medida coloca a democracia em perigo. Para resolver este problema que ameaça a nossa Democracia e a República, entendemos que é necessário transmitir aos jovens determinados valores e conhecimentos que os possam estimular para uma maior participação cívica e política.

**Medidas propostas:** (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Face ao que se afirma em cima, importa rever o regime de ineligibilidades em vigor, sendo que a nossa proposta vai no sentido de proibir que cidadãos condenados ao cumprimento de pena de prisão efectiva ao tempo de apresentação da candidatura se possam apresentar como elegíveis para os órgãos das autarquias locais.

2. A questão abordada remete-nos para um sistema contitucional onde vigore o recurso de amparo. O recurso de amparo cumpre uma dupla função, pois permite aos cidadãos a protecção das suas garantias constitucionais, mas também à Constituição, na medida em que garante a inviolabilidade das suas normas. Assim propomos que a todos os indivíduos seja reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente

*Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.*

reconhecidos, nos termos da lei, quando o recurso de amparo for interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais. O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.

3. Tendo em conta o referido, a proposta efectuada pretende alterar a designação da disciplina de Formação Cívica, leccionada no Ensino Básico, pela disciplina de Formação Cívica e Política, procurando fomentar o espírito de participação em sociedade tanto ao nível político como cívico dos alunos, bem como a transmissão de valores democráticos e de vivência num regime republicano.

Este modelo seria também adoptado em todos os cursos do Ensino Profissional.

Em relação ao Ensino Secundário, pretendemos a instauração da disciplina de Formação Política em todos os cursos. A disciplina teria como objectivo transmitir aos alunos conhecimento sobre formas de governo, regimes e sistemas, correntes políticas, entre outras temáticas relacionadas com a Ciência Política.